

RELATO DE PESQUISA

O VALOR DE VERDADE COMO ATO RESPONSÁVEL E RESPONSIVO – AS AGÊNCIAS DE CHECAGEM DE NOTÍCIAS

Assunção CRISTOVÃO  

Universidade de Franca (UNIFRAN)

RESUMO

Este artigo analisou pressupostos de agência especializada em checagem de *fake news* neste cenário em que, por conta das dificuldades enfrentadas pelos veículos de comunicação após a disseminação da internet, a checagem dos fatos se torna cada vez mais ausente no dia a dia das redações. O objetivo é mostrar o quanto a palavra verdade, não apenas aquela de discussão filosófica, mas também a factual, para o jornalismo, continua sendo uma crença que pode ser concretizada. Será utilizado como suporte teórico o livro *Para uma Filosofia do Ato Responsável*, de Mikhail Bakhtin, e como cópua as categorias de classificação de notícias da agência Lupa, ligada ao jornal Folha de S. Paulo, que usa as etiquetas “falso”, “contraditório”, “verdadeiro”, “ainda é cedo para dizer”, “exagerado”, “subestimado”, “insustentável”, “verdadeiro, mas...” e “de olho”. Para Bakhtin, “a ética material procura encontrar e fundar normas conteudísticas morais específicas, normas às vezes de validade universal, às vezes primordialmente relativas, mas em qualquer caso gerais, aplicáveis a todos” (BAKHTIN, 2010, p. 71-72). Acontece que, para o filósofo russo, não existem normas especificamente éticas. Diz ele que cada norma encontra o seu fundamento específico na sua validação pela disciplina científica correspondente. Assim, o filósofo diz ser necessária alguma coisa que tenha origem em cada sujeito, precisamente a orientação do dever moral de cada consciência. Bakhtin vai propor então o que ele chama de ato responsável, no sentido mesmo



OPEN ACCESS

EDITORAS

– Claudia Wanderley (UNICAMP)
– Anna Christina Bentes (UNICAMP)

AVALIADORES

– Julio Santos (UFSCar)
– Marcos Barbai (UNICAMP)

DATAS

– Recebido: 28/06/2020
– Aceito: 21/12/2020
– Publicado: 23/02/2021

COMO CITAR

CRISTOVÃO, Assunção (2020). O valor de verdade como ato responsável e responsivo – as agências de checagem de notícias. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 4, p. 01-13.

de responsabilidade, mas que também pode ser traduzido por responsivo, conceitos a partir dos quais está amparado este artigo.

ABSTRACT

This article analyzed the assumptions of an agency specialized in checking *fake news* in this scenario in which, due to the difficulties faced by the media after the dissemination of the internet, fact checking becomes increasingly absent in the daily lives of newsrooms. The objective is to show how much the word truth, not only that of philosophical discussion, but also the factual one, for journalism, remains a belief that can be realized. The book *For a Philosophy of Responsible Act*, by Mikhail Bakhtin, will be used as theoretical support, and the news classification categories of the agency Lupa, linked to the newspaper Folha de S. Paulo, using the labels “false”, “contradictory”, “true”, “it is too early to say”, “exaggerated”, “underestimated”, “unsustainable”, “true, but ...” and “with an eye”. For Bakhtin, “material ethics seeks to find and found specific moral content norms, norms sometimes of universal validity, sometimes primarily relative, but in any case general, applicable to all” (BAKHTIN, 2010, p. 71-72). It turns out that, for the Russian philosopher, there are no specifically ethical norms. He says that each standard finds its specific basis in its validation by the corresponding scientific discipline. Thus, the philosopher says that something that originates in each subject is necessary, precisely the orientation of the moral duty of each conscience. Bakhtin will then propose what he calls a responsible act, in the very sense of responsibility, but which can also be translated as responsive, concepts from which this article is based.

PALAVRAS-CHAVE

Fake News; Agências de Verificação de Notícias; Verdade; Ética; Ato Responsável.

KEYWORDS

Fake News; News Verification Agencies; Truth; Ethic; Responsible Act.

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de aplicar aspectos teóricos do dialogismo bakhtiniano diante dos fenômenos midiáticos contemporâneos, este artigo analisa alguns pressupostos das agências e plataformas especializadas em checagem de *fake news*, um nicho para o jornalismo atual que se torna a cada dia mais relevante, principalmente neste cenário em que, por conta das dificuldades imensas enfrentadas pelos veículos de comunicação após a disseminação da internet, inclusive por causa da pressa em noticiar antes dos concorrentes numa plataforma que permite a inserção de notícias a todo momento, a checagem dos fatos muitas vezes não é tão rigorosa no dia a dia das redações.

Esta análise não tem o objetivo de minimizar o trabalho de checagem de notícias, ainda que seus critérios sejam discutíveis; muito pelo contrário, levando-se em conta o atual cenário de desconstrução de certezas, da ciência e das ideologias, até então reinantes no nosso universo, fenômeno só comparável à distopia de George Orwell na obra *1984*¹, com seu Ministério da Verdade - um dos quatro ministérios que governam Oceânia, um estado autoritário e distópico -, que tem por função falsificar registros históricos, alterando documentos do passado para entrar em sintonia com o que o Partido dissemina como sendo verdade. Tanto na distopia do livro quanto em nossa sociedade atual presenciamos a desconstrução da história, da ciência, das instituições e até dos significados já solidificados das palavras, para a conquista de objetivos ideológicos.

O objetivo, então, é tentar mostrar o quanto a palavra “verdade” para o jornalismo, continua sendo uma crença que pode ser alcançada, em vez de uma quimera, uma utopia a ser perseguida sem a ilusão de ser concretizada. A própria Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) possui um Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que, em seu artigo 4º do Capítulo II, referente à conduta profissional do jornalista, manifesta que “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (FENAJ, 2014).

Importante relativizar, entretanto, que, na esfera profissional do jornalismo, a palavra “verdade” está relacionada à apuração jornalística feita a partir de parâmetros éticos que

1 Apesar de a menção à obra ter finalidade apenas ilustrativa, vale a pena explicitar melhor sua relação com este texto, uma vez que, tanto no romance quanto na nossa sociedade atual, pode-se questionar, em termos semelhantes, o uso do termo “verdade”. No livro, o Ministério da Verdade cuida de aspectos como a divulgação notícias, entretenimento, educação e cultura. A fim de atender aos objetivos do regime totalitário, trabalha na falsificação de documentos e até da literatura; enfim, de material escrito que pudesse servir de referência ao passado, de forma que todo esse material estivesse de acordo com a “verdade” do regime. O Ministério se ocupou também de introduzir a “novilíngua”, com alterações no significado das palavras. (ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009)

permitam uma maior aproximação com o conceito de verdade, no próprio sentido do dicionário, como “propriedade de estar conforme com os fatos ou a realidade; exatidão, autenticidade, veracidade” ou “a fidelidade de uma representação em relação ao modelo ou original; exatidão, rigor, precisão” (HOUAISS, s/data).

Para a análise, usaremos como suporte teórico o livro *Para uma Filosofia do Ato Responsável* (2010), de Mikhail Bakhtin, um texto do início dos anos 1920. No livro, Bakhtin aborda a responsabilidade do sujeito diante de seus atos concretos, éticos e estéticos, que sempre reverberam na vida e na cultura. O corpus principal de análise serão as categorias de classificação de notícias da agência Lupa (PIAUÍ, 2020), ligada ao jornal Folha de S. Paulo, para determinar se determinada informação é verdadeira ou falsa.

Como já dito aqui, as *fake news*, ou suas variantes, não são propriamente um fenômeno recente. A própria história não pode ser considerada isenta no que se refere à fidelidade dos fatos e, vez ou outra, aparecem indícios de que nem todos os fatos históricos se deram da forma como foram registrados nos compêndios oficiais. Um exemplo disso foi uma escavação feita pelos pesquisadores Steven Snape e Nicky Nielsen, da Universidade de Liverpool e da Universidade de Manchester, respectivamente. Eles encontraram registros de que a vitória de Ramsés II na batalha de Qadesh, a mais famosa de suas cinco batalhas de uma dinastia que avançou de 1279 a 1213 a.C., pode ter sido um engodo, uma vez que encontraram artefatos que mostram que os soldados egípcios viviam em harmonia com o povo inimigo (MARULL, 2018).

Séculos depois, Sócrates e Platão iriam questionar o relativismo moral dos sofistas e sua retórica fundada na persuasão, o que já é considerado, por muitos pesquisadores, processo análogo ao atual fenômeno das *fake news*. Ribeiro (2016, p. 136) afirma que “Sócrates denunciou os sofistas [...] por estes, em troca de dinheiro, ensinarem aos jovens a arte (tékhne) da retórica: a de servir-se do discurso para finalidades meramente persuasivas – discurso este, portanto, movido pela aparência e esvaziado de verdade”.

Em entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo fevereiro de 2017 (VICTOR, 2017), o historiador americano Robert Darnton afirma que o século VI d.C. também registra elementos de divulgação de notícias falsas. Darnton refere-se a Procópio, um historiador bizantino do século VI que ficou famoso por escrever a história do império de Justiniano. Procópio, entretanto, não parou aí. Ele também teria escrito um texto secreto, denominado “Anekdotia”, em que espalhou *fake news* que teriam arruinado a reputação do imperador Justiniano e de outros.

Para Robert Darnton, porém, o principal difusor de *fake news*, ou “semi *fake news*”, como ele chama, porque acredita que as notícias tinham um fundo de verdade, foi Pietro Aretino, que viveu entre 1492 e 1556. Em 1522, segundo Darnton, Aretino escrevia pequenos poemas e sonetos e depois os grudava na estátua de um personagem chamado Pasquino nas proximidades da Piazza Navona, em Roma.

Diz Darnton (VICTOR, 2017):

Ele (Aretino) difamava a cada dia um dos cardeais candidatos a virar papa. E os poemas eram hilários. [...] Esses poemas ficaram conhecidos como "pasquinadas". Eram fake news em forma de poesia atacando figuras públicas, fizeram grande sucesso, e Aretino as usou pra chantagear pessoas, papas, figuras do império romano etc que lhe pagavam para que ele não publicasse essa espécie de tuíte ancestral.

A antiguidade do fenômeno, entretanto, não retira sua propriedade de ser especialmente representativo da nossa época, em que as *fake news* proliferam, e se no passado os danos foram restritos a algumas pessoas e localidades, hoje ele é tem abrangência mundial e que afeta a política e a economia de praticamente todo o mundo ocidental.

Na mesma entrevista à Folha, perguntado sobre como minimizar esse processo, Darnton, que atribui às *fake news* a vitória de Trump nas eleições para a presidência dos Estados Unidos, diz: "Que boa pergunta... Não tenho resposta. Oponho-me à censura e sou contra ideia de criar um órgão de censores para calar sites de *fake news*. Então como se para isso? Honestamente, não sei." (VICTOR, 2017)"

1. AS AGÊNCIAS DE CHECAGEM

Imagina-se que ficará cada vez mais difícil atacar as *fake news*, uma vez que já existe tecnologia atualmente para alteração de imagens que torna quase impossível detectar a autenticidade ou não de vídeos em que se pode colocar imagens e voz de pessoas reais em situações pelas quais ela nunca passou. São as chamadas *deep fake news*, que usa a inteligência artificial para a montagem desses vídeos.

Apesar disso, várias iniciativas estão sendo tomadas, ainda timidamente, nesse sentido, por profissionais de várias esferas de atividade. Coube ao jornalismo um dos principais papéis para o combate das *fake news*. Hoje já existem várias agências, iniciativas jornalísticas e ferramentas inteligentes que ajudam a checar se uma notícia que circula nas redes sociais ou no WhatsApp é verdadeira. O próprio Facebook já se associou a várias dessas iniciativas e, muitas vezes, quando alguém publica alguma *fake news* desmascarada pelas agências, o internauta recebe um alerta de que a notícia é *fake*.

Essas plataformas são conhecidas como checagem dos fatos, ou *fact checking* em inglês, e trata-se de um método de verificação que analisa a confiabilidade das fontes apuradas em um texto jornalístico. Segundo Fonseca (2017), na página oficial de uma dessas agências, a Publica (2017), "o fact-checking é uma checagem de fatos, isto é, um confronto de histórias com dados, pesquisas e registros". Para a Publica, as checagens são "uma forma de qualificar o debate público por meio da apuração jornalística. De checar qual é o grau de verdade das informações".

Apesar de terem surgido tardiamente em relação aos Estados Unidos, que teve sua primeira plataforma de checagem na década de 90 do século passado, são diversas agências hoje no Brasil, entre elas a Fato ou Fake, do grupo Globo; o Comprova, que reúne jornalistas de 24 veículos de comunicação, como Exame, Folha de S. Paulo, Nexo, Nova Escola, Estadão, Uol e Veja; a Agência Pública – Truco, agência sem fins lucrativos formada por mulheres em 2011; a Aos fatos, ligada à Rede Internacional de Verificação de Fatos e contratada pelo Facebook; a Fake Check – Detector de Fake News, uma plataforma criada por pesquisadores da UFSCar e da USP que, ao contrário de outras agências, usa tecnologia para analisar as características da escrita e apontar se uma notícia é verdadeira ou não; a Boatos, uma das mais conhecidas, que possui um site criado pelo jornalista Edgard Matsuki em 2013; e a pioneira agência Lupa, criada em 2015, sobre a qual falaremos.

Cada uma utiliza sua própria metodologia, quase sempre baseada nos princípios da Rede Internacional de Verificação dos Fatos, e também cada uma utiliza determinadas etiquetas para a classificação das notícias. A agência Lupa, conforme manifesta em seu próprio site (PIAUÍ, 2015), usa nove etiquetas de classificação para as análises. Vejamos a explicação para cada uma delas, de acordo com o site.

FALSO

A informação está comprovadamente incorreta.

CONTRADITÓRIO

A informação contradiz outra difundida pela mesma fonte antes.

VERDADEIRO

A informação está comprovadamente correta.

AINDA É CEDO PARA DIZER

A informação pode vir a ser verdadeira. Ainda não é.

EXAGERADO

A informação está no caminho correto, mas houve exagero de mais de 10% e de menos de 100% frente ao total real.

SUBESTIMADO

Os dados reais são ainda mais graves dos que o mencionado. A informação foi minimizada de 10% a 100%.

INSUSTENTÁVEL

Não há dados públicos que comprovem a informação.

VERDADEIRO, MAS...

A informação está correta, mas o leitor merece um detalhamento.

DE OLHO

Não há nada que proíba a Lupa de criar novas etiquetas nem de eliminar alguma existente. A partir de seu segundo aniversário (em novembro de 2017), a agência passou a publicar reportagens em que recheia frases etiquetadas como “de olho”. O intuito é ver se houve alguma evolução em promessas analisadas anteriormente.

Esses termos que as agências chamam de etiquetas são, seguramente, um tanto vagos. Nas etiquetas “subestimado” e “exagerado”, por exemplo, note-se que aparecem porcentagens que variam de 10% a 100%. Considerando-se que o termo “verdade” já possui como característica a subjetividade, o ponto de vista do observador, a relatividade, infere-se não ser possível introduzir percentuais matemáticos para determinar índices de veracidade em determinados fatos.

Para ilustrar o que a agência Lupa considera a etiqueta “De olho”, por exemplo, vale ilustrar com informação extraída do artigo O fetiche da checagem: uma marcha a ré na história, de Dennis de Oliveira, publicado na revista Cult on-line, em 21 de junho de 2018. Oliveira conta (OLIVEIRA, 2018) que, naquele mesmo mês, alguns portais de mídia alternativa, como Revista Fórum, Brasil 247 e Diário do Centro do Mundo divulgaram a informação de que o Papa Francisco teria enviado um terço para o ex-presidente Lula, por intermédio do advogado argentino Juan Grabois, e que o advogado teria sido impedido judicialmente de se encontrar com o ex-presidente. A Lupa etiquetou a notícia como *fake news* e, em resposta, o jornalista Renato Rovai, editor da Fórum, acusou a agência de checagem de estar praticando uma nova forma de censura.

Para a grande maioria das agências ligadas à Rede Internacional de Verificação de Notícias, e assim como sempre foi praxe no jornalismo dito sério, ao verificar se uma notícia é falsa ou verdadeira a agência leva em conta valores como apartidarismo e equidade, uma forma de se manter o mais neutro possível diante do fato a fim de alcançar o seu valor de verdade ou mentira.

No caso do presente do Papa ao ex-presidente Lula, a Lupa se baseou em uma matéria publicada no portal Vatican News² que dizia que Juan Grabois não era enviado oficial do papa e nem tampouco o pontífice teria enviado o presente, segundo o artigo de Oliveira (2018).

Inconformado, Rovai apurou junto a fontes na Argentina que Grabois era mais próximo ao Papa que os próprios arcebispos, ainda segundo o artigo de Oliveira. O próprio site Vatican News acabou apagando a nota inicial e colocando outra em seu lugar dizendo que Grabois era consultor do Papa e que o terço teria sido abençoado por Francisco.

Diante disso, a Lupa acabou reclassificando a notícia de “falsa” para “de olho”, mas recusou-se a classificá-la como “verdadeira”, dizendo que para isso precisava de um posicionamento oficial do Vaticano. Isso apesar de a checagem ter sido realizada a partir de uma única fonte quando o código de conduta da própria agência diz literalmente que:

Uma vez decidida a frase/conteúdo que será checado, o repórter da Lupa faz um levantamento de “tudo” que já foi publicado sobre o assunto. Consulta jornais, revistas e sites. Depois, se debruça sobre bases de dados oficiais e inicia o processo de garimpo de informações públicas. Na ausência delas ou diante da necessidade de saber mais sobre o assunto a ser checado, o repórter da Lupa recorre às Leis de Acesso à Informação (LAI) e/ou às assessorias de imprensa. Ainda pode ir a campo, levando consigo os meios tecnológicos que julgar necessários para a apuração: equipamento fotográfico, de áudio ou de vídeo (PIAÚI, 2015).

Percebe-se, pela citação acima, que os princípios éticos de checagem das agências, e da Lupa em particular, preveem um percurso de apuração rigoroso que, se não é definitivo no sentido de apurar a veracidade ou não de determinado fato, pelo menos reduz as

2 <https://www.vaticannews.va/pt.html>.

possibilidades de erros na checagem. Pelo exemplo descrito anteriormente, porém, vê-se que nem sempre todas as etapas são cumpridas, ou por impossibilidade material dos recursos oficiais ou por falha do sistema.

2. O ATO ÉTICO

Vê-se que, ainda que seja uma meta inalcançável, os valores do jornalismo têm um fundamento ético. Para Bakhtin (BAKHTIN, 2010, p. 71-72), em *Para uma filosofia do ato responsável*, “a ética material procura encontrar e fundar normas conteudísticas morais específicas, normas às vezes de validade universal, às vezes primordialmente relativas, mas em qualquer caso gerais, aplicáveis a todos”. Acontece que, para o filósofo russo, não existem normas especificamente éticas. Diz ele que “cada norma conteudística encontra o seu fundamento específico na sua validação pela disciplina científica correspondente: a lógica, a estética, a biologia, a medicina, ou qualquer uma das ciências sociais” (BAKHTIN, 2010, p. 72). Na maior parte dos casos, entretanto, para ele, essas normas éticas representam um conglomerado não articulado de diversos princípios e valorações (p. 73). Por ser desta forma, o filósofo diz ser necessária alguma coisa que tenha origem em cada sujeito, que é precisamente a orientação do dever moral de cada consciência (p. 74).

Assim, Bakhtin propõe uma articulação, uma arquitetura do mundo real como algo vivido, único, que não pode ser universalmente válido nem mesmo para a ciência, mas que pode ser incorporado na individualidade do ser, no ato-evento, irreproduzível. O ato concreto, então, poderia instaurar uma “verdade” a partir de quem o produz e dos elementos contextuais presentes na sua produção. Assim, não se poderia falar de uma verdade generalizante, a partir do momento de que o indivíduo é único e seus atos são singulares. Seus enunciados são criados dentro de um contexto valorativo, a partir de esferas de atividade com valores próprios, sejam eles éticos, morais etc. A partir dessa singularidade, o sujeito cria, então, uma verdade própria e não generalizante, e deve se responsabilizar pelas consequências dessa ação.

É o que Bakhtin chama de “ato responsável” no sentido mesmo de responsabilidade, mas que também pode ser traduzido por “responsivo”, uma vez que, em russo, a palavra para responsável se assemelha a responsivo, segundo nos informa Augusto Ponzio (2010) no prefácio da edição de *Para uma filosofia do ato responsável*, publicada pela editora Pedro & João.

Essa característica responsiva se coaduna com o pilar teórico do pensamento bakhtiniano de relações dialógicas, retomada pelo teórico russo nessa obra (BAKHTIN, 2010, p. 142), quando afirma:

O princípio arquitetônico supremo do mundo real do ato é a contraposição concreta, arquitetonicamente válida, entre eu e outro. A vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro, e em torno destes centros se distribuem e se dispõem todos os momentos concretos do existir. Um mesmo objeto, idêntico por conteúdo, é um momento do existir que apresenta um aspecto valorativo diferente, quando correlacionado comigo ou com o outro; e o mundo inteiro, conteudisticamente uno, correlacionado comigo ou com o outro; é permeado de um tom emotivo-volitivo diferente, é dotado, no seu sentido mais vivo e mais essencial, de uma validade diferente sobre o plano do valor. Isso não compromete a unidade de sentido do mundo, mas a eleva ao grau de unicidade própria do evento.

Visto assim, a esfera de atividade em que se situam as agências de checagem possuem um papel profundamente dialógico e responsivo, ainda que singular em sua especificidade no seio de uma esfera de atividade. Singularidade expressa também sob a perspectiva contextual do espaço-tempo em que se inserem. Senão, vejamos. Apesar de a primeira agência brasileira ter surgido em 2015, quase que a totalidade das demais apareceram em 2018, no auge da campanha eleitoral para a presidência da República daquele ano, que ficou marcada por uma profunda polarização ideológica e uma profusão de notícias falsas. Uma pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência (2018), em outubro de 2018, mostrou que 90% dos brasileiros já tinham recebido notícias falsas, entre elas conteúdo com informações enganosas ou notícias antigas utilizadas como se fossem recentes, ou seja, retiradas do seu contexto histórico e social. As principais fontes propagadoras, de acordo com a pesquisa, foram o Facebook (80%) e WhatsApp (75%).

Então, pode-se afirmar que em nenhum momento a narrativa das agências de checagem de notícias como ato responsável e responsivo está dissociado do que Bakhtin chama de ser-evento, traduzido aqui não por um sujeito específico, mas por sua autoria coletiva como processo único e irrepetível de um fenômeno que impera nos nossos tempos, as *fake news* e a vontade de verdade, um valor típico da comunidade jornalística.

Para Bakhtin,

é um triste equívoco, herança do racionalismo, imaginar que a verdade [pravda] só pode ser a verdade universal [istina] feita de momentos gerais, e que, por consequência, a verdade [pravda] de uma situação consiste exatamente no que esta tem de reprodutível e constante, acreditando, além disso, que o que é universal e idêntico (logicamente idêntico) é verdadeiro por princípio, enquanto a verdade individual e artística é irresponsável, isto é, isola uma dada individualidade. (p. 93)

O ato responsável e responsivo estaria então mais ligado, segundo Bakhtin, a um tom emotivo-volitivo da consciência única real. Assim, em época de *fake news*, de novos ministérios da Verdade de Orwell, e a partir da constatação de que não existe uma verdade única como acreditam os jornalistas, mas uma verdade atravessada por valores e crenças de sua esfera de atividade, recorremos novamente a Bakhtin e sua instigante filosofia do ato responsável.

Diz ele (p. 94):

Não é o conteúdo da obrigação escrita que me obriga, mas a minha assinatura colocada no final, o fato de eu ter, uma vez, reconhecido e subscrito tal obrigação. E, no momento da assinatura, não é o conteúdo deste ato que me obrigou a assinar, já que tal conteúdo sozinho não poderia

me forçar ao ato – a assinatura-reconhecimento, mas podia somente em correlação com a minha decisão de assumir a obrigação – executando o ato de assinatura - reconhecimento e mesmo neste ato o aspecto contedutístico não era mais que um momento, e o que foi decisivo foi o reconhecimento que efetivamente ocorreu, a afirmação, o ato responsável.

Vê-se, então, que, para o filósofo russo, nada nos obriga, nenhuma norma, nenhuma coerção – não há álibi -, apenas a nossa singularidade, definida também pelo diálogo com o “outro”. Faraco, a partir dessa constatação de Bakhtin, no posfácio que fez da obra *Para uma filosofia do ato responsável*, pergunta-se: “[...] o que pode motivar a consciência individual a se dispor a assinar embaixo de proposições com validade teórica ou embaixo dos valores da humanidade histórica?” e “[...] como decidir quanto estamos frente a dilemas éticos”. Para ele, “Bakhtin não nos ajuda nesse ponto” (FARACO, p. 155), talvez por ainda não ter concluído a obra. Diz ele:

Ficou aí um buraco neste rascunho de filosofia moral. O único parâmetro que ele adianta (absolutamente fundamental, diga-se de passagem) é dizer que viver desde si mesmo não quer dizer viver para si mesmo. O sujeito moral bakhtiniano é, de certa forma, um solitário ético (a ele e só a ele cabe decidir). Mas não está sozinho no mundo [...]. Ou seja, o outro (que não é simplesmente outra pessoa, mas uma pessoa diferente, um outro centro axiológico) baliza o meu agir responsável (FARACO, 2010, p. 155).

Assim, se formos retornar à entrevista de Robert Darnton, sobre como fazer para combater as fake news, talvez recorrer a Bakhtin e seu conceito de ato ético e estético possa nos encaminhar, se não para uma solução efetiva no combate a esse fenômeno, pelo menos para um caminho na busca desse fim, um caminho que encontre nos fenômenos concretos, sociais e humanos, orientações para a compreensão e interpretação das verdades presentes nas práticas discursivas contemporâneas.

Bakhtin, ao destacar a ética que direciona as diversas esferas de atividades, possibilita a orientação para uma produção do conhecimento que, de um lado, assume a importância de buscar a veracidade dos fatos, seja a que o filósofo russo chama de “istina”, e que estaria relacionada a uma postura universalizante, proporcionada pela recorrência, pelo repetível, pela abstração, seja a verdade “pravda”, que marca o irrepetível, o ato singular, único, o ato-evento. Ao criticar o teoreticismo, Bakhtin não propõe o abandono da reflexão sobre os fenômenos vários, mas a sua redução quando desloca o fenômeno de sua existência concreta.

Ao optar, então, por uma moral ética que tenha como finalidade a verdade, seja ela “istina” ou “pravda”, a esfera de atividade do jornalismo, no que se refere à atuação das agências de checagem de notícias, opta por não ter um álibi na existência, por uma responsabilidade possível.

Diz Bakhtin (2010, p. 99):

O ato responsável e, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta obrigatória singularidade. É essa afirmação do *meu não-álibi no existir* que constitui a base da existência sendo dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por ser alcançado. É apenas o não-álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato

responsável (através da referência emotiva-volitiva a mim como aquele que é ativo). É o fato vivo de um ato primordial ao ato responsável, e a criá-lo, juntamente com seu peso real e sua obrigatoriedade; ele é o fundamento da vida como ato, porque ser realmente na vida significa agir, é não ser indiferente ao todo na sua singularidade (grifos do autor)

Pode-se entender, então, a responsabilidade que o filósofo atribui aos indivíduos na sua singularidade, mas também às esferas de atividade da qual fazem parte, como uma parte do dever moral do jornalista e das agências de checagem no combate às *fake news* e na busca da verdade possível dentro das limitações do seu exercício profissional. Limitações que, como já dito, podem estar representadas por normas éticas que nem sempre representam conglomerado articulado de diversos princípios e valorações e que, portanto, estão sujeitas a interpretações diversas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir, à guisa de conclusão, a partir do que foi aqui exposto, que a resposta, sobre como fazer para combater as *fake news*, passa pelo ato responsável e responsivo de que fala Bakhtin, a partir daquilo que cada esfera da comunicação humana possa assumir como sendo sua responsabilidade. Os jornalistas, com a apuração dos fatos, ainda que não se possa detectar a verdade como valor único e universal. Os cientistas, fazendo papel de jornalistas para divulgar, com uma linguagem que não é a sua, o conhecimento científico aliado de grande parte da população. Os especialistas em informática, que continuam sua busca tecnológica no sentido de desmascarar cada novo efeito de verdade, como conseguiram recentemente alguns pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que criaram um algoritmo capaz de detectar com 75% de acerto se uma informação do Twitter é verdadeira ou falsa, examinando apenas o estilo linguístico, as reações à informação e a sua propagação (ALMEIDA; DONEDA; LEMOS, 2018).

Como afirma Faraco (2010, p. 154) no posfácio já citado, interpretando os dizeres de Bakhtin,

Sou insubstituível e esse fato me obriga a realizar minha singularidade peculiar: tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. O dever encontra a sua possibilidade originária lá onde reconheço a unicidade da minha existência e tal reconhecimento vem do meu próprio interior – lá onde assumo a responsabilidade da minha unicidade.

Nesse aspecto, e levando-se em consideração que ainda não existem soluções definitivas para o enfrentamento dos malefícios para a sociedade do fenômeno das *fake news*, acreditamos que, qualquer que seja o caminho adotado para essa finalidade, ele passe pelo ato responsável de que fala Bakhtin, a fim de que cada indivíduo ou esfera de atividade possa executar o ato de assinatura-reconhecimento no final, de forma pessoal e intransferível, numa perspectiva de que não existe uma verdade única, universal, deslocada

dos atos cotidianos e da esfera da vida, mas apenas uma verdade atravessada por valores, ideologias, crenças e motivações singulares. Pode ser pouco e insuficiente, mas é também uma forma de resistência num momento histórico em que novas distopias ameaçam o avanço das sociedades, em direção a um futuro em que atos responsáveis e responsivos sejam a tônica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Virgílio; DONEDA, Danilo; LEMOS, Ronaldo. Com avanço tecnológico, fake news vão entrar em fase nova e preocupante. In: *FOLHA DE S. PAULO*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/com-avanco-tecnologico-fake-news-va-entrar-em-fase-nova-e-preocupante.shtml>. Acesso em: 05 de dez. de 2020.

ALVES, Paulo. Como identificar fake new? Oito sites para checar se a notícia é verdadeira. *Tech Tudo*, São Paulo, 26 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/10/como-identificar-fake-news-oito-sites-para-quebrar-se-noticia-e-verdadeira.ghhtml>. Acesso em: 09 de set. de 2019.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.

FACEBOOK. Facebook lança produto de verificação de notícias no Brasil em parceria com Aos Fatos e Agência Lupa. <https://br.newsroom.fb.com/news/2018/05/facebook-lanca-produto-de-verificacao-de-noticias-no-brasil-em-parceria-com-aos-fatos-e-agencia-lupa/>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

FARACO, C. A. Um posfácio meio impertinente. In: BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.

FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. São Paulo, Fenaj, 2014. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 15 out de 2019.

FONSECA, Bruno. O que é fact-checking? *Publica* – Agência de Jornalismo Investigativo. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/>. Acesso em: 05 de dez. de 2020.

HOUAISS, Dicionário Houaiss. *UOL*, São Paulo, s/ data. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-4/html/index.php#>. Acesso em: 15 de ago de 2019.

IBOPE INTELIGÊNCIA. *9 em cada 10 internautas receberam fake news*. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/9-em-cada-10-internautas-receberam-fake-news/>. Acesso em: 05 de dez. de 2020.

MARULL, David Ruiz. Cómo el faraón Ramsés II inventó las fake news. *La Vanguardia*, Barcelona, 2018. Disponível em: < <https://www.lavanguardia.com/cultura/20180130/44408488366/ramses-ii-fake-news-egipto-faraon-libia-batalla-de-qadesh.html>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, Dennis. O fetiche da checagem: uma marcha a ré na história. *Revista Cult*, São Paulo, 21 de junho de 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/checagem-fake-news/>. Acesso em 09 de set. de 2019.

PIAUI. Lupa. *Uol*, São Paulo, 15 de out. de 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>. Acesso em: 05 de dez. de 2020.

PIAUI. Como a Lupa faz suas checagens? *Uol*, São Paulo, 15 de out. de 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>. Acesso em: 09 de set. de 2019.

PIAUI. Entenda nossos pinguins. *Uol*, São Paulo, 15 de out. de 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/entenda-nossos-pinguins/>. Acesso em 09 de set. de 2019.

PONZIO, Augusto. Introdução – A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.

RIBEIRO, Felipe Figueiredo de Campos. *Parresía* Socrático-Platônica na crise da democracia: atração e repulsão pelo poder. In: *É: Revista Ética e Filosofia Política*. Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: https://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/19_2_completo.pdf. Acesso em: 05 de dez. de 2020.

VICTOR, Fabio. Notícias falsas existem desde o século 6, afirma historiador Robert Darnton. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de fev. de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859726-noticias-falsas-existem-desde-o-seculo-6-afirma-historiador-robert-darnton.shtml>. Acesso em: 16 de ago. de 2019.